Face ao recente realinhamento da estratégia do PRIME com os objectivos e prioridades do Plano Tecnológico e da Estratégia de Lisboa, torna-se prioritário alargar a apresentação de propostas de projectos às outras tipologias de intervenção fundamentais à prossecução dos objectivos visados com esta reorientação estratégica do Programa, ainda que de forma diferenciada consoante se trate de parcerias ou iniciativas públicas.

Assim, determina-se o seguinte:

1 — É reaberta a admissão de propostas de projectos no âmbito da Portaria n.º 680-A/2000, de 29 de Agosto, alterada pelas Portarias n.ºs 1216-A/2000, de 28 de Dezembro, 97/2002, de 31 de Janeiro, 109/2004, de 29 de Janeiro, e 560/2004, de 26 de Maio, nos seguintes termos:

- a) As propostas de projectos de parcerias passam a estar subordinadas a fases de candidatura cujos períodos, domínios temáticos, dotações orçamentais, âmbito regional de aplicação e demais condições específicas são definidos por despacho do Ministro da Economia e da Inovação sob proposta do gestor do PRIME;
- b) As propostas de projectos de iniciativa pública dependem do seu reconhecimento como prioritários e estratégicos para a prossecução dos objectivos do Plano Tecnológico e da Estratégia de Lisboa por despacho do Ministro da Economia e da Inovação sob proposta do gestor do PRIME.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

15 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, *António José de Castro Guerra*.

Despacho n.º 21 020/2005 (2.ª série). — Considerando que o despacho n.º 15 512/2004, de 3 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 3 de Agosto de 2004, suspendeu as candidaturas para projectos com co-financiamento pelo Fundo Social Europeu (FSE), no âmbito do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), situados na região de Lisboa e Vale do Tejo;

Considerando que a recente decisão de realinhamento da estratégia do PRIME com os objectivos e prioridades do Plano Tecnológico e da Estratégia de Lisboa, conjugada com soluções que permitam reforçar os meios financeiros afectos ao Programa, veio possibilitar a afectação de novos recursos à região de Lisboa e Vale do Tejo;

Entendeu-se fundamental proceder à reabertura do PRIME para candidaturas de projectos localizados na região de Lisboa e Vale do Tejo a apoiar através do FSE.

Nestes termos, determina-se o seguinte:

1 — É levantada a suspensão de candidaturas no âmbito do PRIME, determinada pelo despacho n.º 15 512/2004, de 3 de Agosto, para projectos com co-financiamento FSE localizados na região de Lisboa e Vale do Tejo.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

15 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, *António José de Castro Guerra*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 21 021/2005 (2.ª série). — Considerando que se encontra vago o lugar de director de serviços de Gestão dos Aprovisionamentos e Logística, cargo de direcção intermédia, do quadro de pessoal dirigente da Secretaria-Geral, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 187/2003, de 20 de Agosto, torna-se necessário proceder à nomeação de um director de serviços, em regime de substituição, até à nomeação de um novo titular do cargo, por forma a assegurar o regular funcionamento dos serviços.

Assim, considerando o perfil profissional do licenciado Carlos Alberto Ramires de Sousa, evidenciado no *curriculum vitae* anexo ao presente despacho, nomeio, em regime de substituição, nos termos dos artigos 7.º, 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, director de serviços de Gestão dos Aprovisionamentos e Logística o licenciado Carlos Alberto Ramires de Sousa, técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005.

19 de Setembro de 2005. — A Secretária-Geral, *Paula de Campos Alves*.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Carlos Alberto Marques Ramires de Sousa;
Estado civil — casado, dois filhos.

2 — Habilitações académicas e profissionais:

Licenciatura em Direito, Ciências Jurídicas, Económicas, FDL, UL, 1980;
Pós-graduação em Contabilidade, Gestão Orçamental e Finanças Públicas, ISEG, 2002;
Estágio da Ordem dos Advogados, 1981;
Seminário de Alta Direcção, INA;
Líder por desempenho.

3 — Itinerário profissional:

Chefe de divisão de Aprovisionamento, Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação;
Director de serviços de Gestão Financeira e Patrimonial do INETI;
Advogado;
Administrador na FIRME, SGPS, em representação do IAPMEI, Ministério da Economia, Administração de 2000 a 2001;
Assessor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL);
Assessor da Fundação da FCUL;
Assessor da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa;
Jurista, IGM;
Jurista, IVV.

4 — Apresentações de trabalhos de investigação:

Despesas públicas — Decreto-Lei n.º 55/95;
Contratação pública;
Ética médica;
Um caso prático de um processo de despesa pública em *workflow* a questão da assinatura digital;
Auditoria.

5 — Formação profissional ministrada:

Direito do trabalho;
Regime jurídico da Administração Pública;
Organização administrativa e financeira na Administração Pública, caso particular POCP;
Serviços partilhados — Uma solução moderna para a Administração Pública;
Implementação do POCP — Uma experiência prática, IPCA, ISCAP, IGAP;
Controlo interno na Administração Pública, Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 21 022/2005 (2.ª série). — Considerando que a licenciada Maria Luísa Araújo Proença, assessora do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo do ex-Ministério da Economia, reúne os requisitos legais para o acesso à categoria de assessor principal e requereu a nomeação para o respectivo lugar;

Considerando as disposições contidas no artigo 29.º e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e após confirmação dos respectivos pressupostos pela Secretaria-Geral do ex-Ministério da Economia;

Nomeio, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a licenciada Maria Luísa Araújo Proença assessora principal, da carreira técnica superior, em lugar de dotação global do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo do ex-Ministério da Economia, constante do mapa III anexo à Portaria n.º 443/99, de 18 de Junho.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 23 de Maio de 2005.

12 de Setembro de 2005. — O Director Regional, *Mira dos Santos*.

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DA SAÚDE

Aviso n.º 8616/2005 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Julho de 2005, e de harmonia com o n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, foi autorizada a aquisição directa de medicamentos aos laboratórios, importadores e grossistas pelo British Hospital — Lisbon XXI, S. A., sito na Rua de Tomás da Fonseca,